O PAPEL DO CIENTISTA PEDAGÓGICO NUMA SOCIEDADE COMPLEXA: entre a prática, o academicismo e o comprometimento social

THE ROLE OF THE PEDAGOGICAL SCIENTIST IN A COMPLEX SOCIETY: BETWEEN PRACTICE, ACADEMICISM AND SOCIAL COMMITMENT

Jonathan Guedes da Silva Ricardo¹

RESUMO

O presente trabalho tem por finalidade refletir sobre quem são os pedagogos e qual o papel que esses profissionais e cientistas representam para a construção de determinado tipo de sociedade. Num local privilegiado que estão diariamente, contribuindo para a formação de cidadãos que amanhã desempenharão diferentes papéis numa sociedade altamente complexa como a nossa, o pedagogo tem nas mãos um compromisso que é destinado a poucos. Enfocar-se-á neste trabalho a concepção profunda e verídica do pedagogo não apenas como o profissional que está diariamente nas salas de aula ou nas empresas, mas principalmente como pensadores críticos que estudam o passado, analisam o presente e projetam o futuro de toda uma sociedade. Neste sentido, resgataremos esse papel cientista que tão constantemente é esquecido pelo imaginário comum. Aliás, arrisco dizer que o pedagogo é uma referência no que diz respeito à magnitude de sua importância para toda e qualquer sociedade que, sagaz que é, vê na educação o principal instrumento que visa o desenvolvimento socioeconômico do coletivo, o combate às injustiças sociais e a oportunidade de transformações sociais significativas e que almejam o bem-estar e a vida digna para todos. Finalmente, desvendar-se-ão os constantes obstáculos que esses sujeitos comprometidos com o coletivo enfrentam dentro de uma plataforma que vê nos trabalhos pedagógicos que pregam a formação crítica e integrada uma ameaça para o *status quo* de indivíduos e grupos sociais que durante muito tempo concentraram as riquezas e os meios produtivos quando da falta de conscientização de uma maioria.

PALAVRAS-CHAVE: Cientista pedagógico; cidadania; desenvolvimento socioeconômico; sociedade complexa.

ABSTRACT

¹ Licenciado em Pedagogia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Graduando em Defesa e Gestão Estratégica Internacional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Pesquisador em Educação, estudos socioeconômicos e estudos internacionais, associado a grupos de pesquisas na UNIRIO, UFRJ e Universidad de Guadalajara, México.

This paper aims to reflect on who the pedagogues are and what role these professionals and scientists represent for the construction of a particular type of society. In a privileged place that they are daily, contributing to the formation of citizens who tomorrow will play different roles in a highly complex society like ours, the pedagogue has in the hands a commitment that is destined to few. This work will focus on the profound and truthful conception of the pedagogue not only as the professional who is daily in classrooms or in companies, but mainly as critical thinkers who study the past, analyze the present and project the future of a whole society. In this sense, we will rescue this scientist role that is so constantly forgotten by the common imaginary. Incidentally, I would venture to say that the pedagogue is a reference in regard to the magnitude of its importance for any society that, sagacious that is, sees in education the main instrument that aims at the socioeconomic development of the collective, the fight against social injustices and the opportunity for meaningful social change and for the well-being and dignified life for all. Finally, we will uncover the constant obstacles that these committed individuals face with the collective within a platform that sees in the pedagogical works that preach critical and integrated formation a threat to the status quo of individuals and social groups that for a long time concentrated wealth and productive means when the lack of awareness of a majority.

KEYWORDS: Pedagogical scientist; citizenship; socioeconomic development; complex society.

INTRODUÇÃO: QUEM É O PEDAGOGO?

O pedagogo é o profissional que tem como objeto de estudo a educação. Este objeto, diferente de qualquer outro, tem um significado imensurável na medida em que envolve tanto a formação de terceiros como o próprio desenvolvimento de determinação nação. Portanto, se trata de uma área estratégica e que merece atenção especial tanto de especialistas como das autoridades, sem se esquecer da sociedade como um todo.

Costa, de forma muito inteligente, sublinha que:

O Pedagogo assume um papel importante como profissional da educação pela relevância política e social que comporta, pois seu objetivo é pautado no desenvolvimento da formação humana. Sua identidade está relacionada a diversas limitações, bem como a diferentes possibilidades (COSTA, 2015, p. 25.708).

Importante dizer que aqui se tratará o pedagogo como o cientista da educação, ou o cientista pedagógico. É muito comum que se apreenda o professor e o pedagogo como aquele profissional que atua na escola, lecionando e coordenando

os trabalhos pedagógicos, e acabamos não enxergando que esse profissional atua em diversas frentes. Primeiro que sua área de atuação vem se ampliando cada vez mais: sejam em ambientes corporativos, sejam nas mais diversas instituições que demandam especialistas capazes de desenvolver projetos que empregam recursos humanos e sejam como produtores de conhecimento em diversos contextos.

A pedagogia é uma área que, como pouquíssimas, permite aos seus estudiosos uma formação que envolve uma multiplicidade de campos científicos, como política, direito, economia, antropologia, sociologia, etc. Não a toa seja razoavelmente fácil que esses profissionais discorram sobre temas que podem parecer tão indiferentes e distantes para economistas e cientistas políticos, por exemplo.

Pensar a educação como objeto requer uma análise refinada principalmente do que ela representa para a sociedade. Complementar a isso, é primordial que repensemos também o papel que a escola desempenha levando em consideração que ela em si é um terreno fértil para que se desenvolvam interesses de ordens variadas de grupos sociais distintos.

Os grupos hegemônicos que conseguem enxergar no papel do professor uma figura potencial acabam justamente criando todo um cenário que busca deliberada e conscientemente desvalorizar sua importância (que se reflete tanto em termos salariais como em termos culturais e políticos) frente ao coletivo social, precarizando suas condições básicas de trabalho e disseminando uma série de concepções que buscam criar um consenso de espaço escolar como lugar que deve se pautar num distanciamento tanto político como das demandas que se passam nas relações que ultrapassam o limite da instituição.

Falar em cientistas pedagógicos perpassa pela necessidade de se refletir sobre a importância de que se reivindique tal identidade num contexto político-econômico que busca enfunilar esses atores num papel que se restringe à concepção da sala de aula, nos moldes mais tradicionais possíveis. Longe dessa ideia ultrapassada, aqui se pretende resgatar o professor e o educadores como profissionais que não só atuam, mas também como produtores de conhecimentos (não só científicos) sobre educação e sobre modelos de desenvolvimento socioeconômico de uma sociedade comprometida com os princípios de alteridade, respeito e diálogo.

Antes de propor essas reflexões, há de se deixar bem claro que este trabalho está comprometido com uma prática pedagógica e com cientistas pedagógicos que enxergam a educação como um instrumento que permite o desenho de uma nova sociedade, que veja nas injustiças sociais um elemento a ser superado e que enxergue na formação integrada um norte a ser instituído nas instituições escolares.

REFLETINDO SOBRE O PAPEL DA ESCOLA

A teoria é o que ilumina a prática, e a prática é o sustentáculo da teoria. Uma não funciona sem a outra. Quando uma apresenta problemas por mínimos que sejam, é necessário rever toda a conjuntura. Freire (1975), por sua vez, completa essa ideia ao interligar teoria e prática em movimentos constantes de diálogo, numa mesma direção, e que o resultado dessa união acaba levando a novas práticas pedagógicas. Com isso, “a reflexão crítica sobre a prática se torna uma exigência da relação Teoria/ Prática sem a qual a teoria pode ir virando blablablá e a prática ativismo” (FREIRE, 1997, p. 24).

Diante da realidade posta, em que as escolas públicas sofrem corriqueiramente com o descaso das autoridades políticas, há de se supor que existe a real e urgente necessidade de se (re)inventar uma escola básica mais atrativa, que se faça mais presente na vida de seus alunos, de forma que lhes permita experimentar o *atuar* no coletivo dos quais fazem parte. É algo sem nexo uma formação que não estimule o movimento dos sujeitos pelas entrelinhas de uma sociedade complexa.

O cientista pedagógico, consciente de seu papel político, pode estimular, dentre outros, o exercício da cidadania entre crianças e adultos. Quando se diz político, não se está comprometido com outro tipo de interesse senão aquele que visa à dignidade da pessoa humana e a garantia dos direitos básicos a toda e qualquer pessoa. Além disso, partir-se-á do pressuposto que toda ação humana é política, e até mesmo a pretendida “neutralidade” é uma escolha política (nesse caso, de inércia – que quiçá esteja contribuindo para uma determinada força política).

A história da educação nos mostra que a escola, ao longo do tempo, ergueu uma barreira que até hoje é difícil de se derrubar: barreira essa que não instiga a participação do coletivo nos planejamentos; que trata o aluno-cidadão como só mais “um” aluno; em que o contexto lá fora não deve “contaminar” o território da escola, etc. A escola, longe dessa visão, deve ser uma ponte fixa entre o sujeito aluno e o projeto ético de formação crítica que se faz escrita em muitos projetos político-pedagógicos que, na prática real, é esquecida.

A CRISE DA ESCOLA PÚBLICA COMO INSTRUMENTO DE PROJETO DE SOCIEDADE

Seria de muita inocência ver a escola como um lugar “neutro”. Estratégica que é, a escola foi construída como mais um instrumento a serviço da lógica capitalista que busca a manutenção do *status quo* de grupos sociais que se alimentam da condição de subalternidade imposta a uma maioria no escopo da sociedade como um todo.

Tendo em vista esta constatação, defender-se-á aqui com todas as forças que sejam possíveis que a crise da escola pública representa, muito além de simples e ingênuas visões que busquem dar conta de explicá-la, um projeto de sociedade que se quer a curto e longo prazos. Com qual finalidade os grupos hegemônicos quererão que a base social tome consciência da exploração que lhe é imputada em nome da rentabilidade que isso gera ao topo da cadeia?

Sucatear a escola pública é uma estratégia de formar alunos que não recebem estímulos para uma atuação no coletivo, que muitas vezes se vêem como cidadãos de segunda, terceira, quarta classe. A própria política, como instrumento da representatividade e do coletivo, aparece como alguma coisa distante, restrita apenas ao poder do voto.

Ao não permitir uma formação integrada, reflexiva e cidadã, o que é oferecido pela escola pública aos alunos são conhecimentos descontextualizados, sem sentido e que são fundamentais para a inserção no mercado de trabalho, para postos abaixo do espectro da gerência e da liderança. Treinar sujeitos obedientes aparece como uma filosofia necessária para o sistema.

Não é por acaso que as grandes mídias e as classes dos grupos poderosos constantemente pregam discursos que buscam a privatização das escolas públicas, e percebe-se: também da saúde, da segurança pública, da defesa, etc. O Estado, taxado de incapaz de manter os serviços públicos básicos, encara o setor privado como um forte poder que almeja tomar o que até então é (e deve continuar sendo) gerido pelo poder público.

Quanto mais tenham as escolas concentradas em suas mãos, mais os grupos hegemônicos terão a capacidade de ampliar seu poder numa sociedade que muitas vezes não compreende a importância que a escola pública representa como uma conquista – fruto de muita luta – da população de um modo geral. Aliás, a educação como direito universal deveria ser, por isso, gratuita para todos.

GESTÃO EDUCACIONAL E CONVITE À PARTICIPAÇÃO DO COLETIVO

A gestão educacional, sendo uma construção que atravessa gerações, é produto de concepções e negociações diversas que grupos sociais possuem sobre como dirigir a escola e a educação. Sendo uma construção histórica e que diz respeito ao social, a política não poderia deixar de estar incluída nessa discussão. Sobretudo porque na gestão escolar interesses de ordens diversas também se fazem presentes, como já fora adiantado.

É inocente o pensamento que enxerga a gestão como alguma coisa desprezível. Pelo contrário, e assim como o Currículo escolar, as políticas em Educação e os principais aparatos que “guiam” a escola como instituição, a gestão pode se articular tanto com ideais que dialogam com concepções tradicionais de mundo como com concepções revolucionárias, *pós-críticas*. Portanto, tem-se a imagem de que a gestão de uma escola pode ser mais flexível ou absolutamente não: tudo irá depender dos princípios de gestão que orientam as ações dos gestores.

Muitas vezes o conceito de *gestão* se confunde com o conceito de *administração*. Não obstante, ao ver aqui trazido, aquele primeiro conceito se liberta do sentido tecnicista, puramente racional, de controle e, por isso, mais “frio” que paira sobre o conceito de administração, que é próprio do modelo Taylorista.

“Gestão” dá a ideia de uma concepção mais participativa, mais “aberta”, mais descentralizada.

Mesmo assim, muitas pessoas utilizam o termo “administração participativa”. Nesse sentido, Moreira (2012, p. 2.347) evidencia essa diferença entre as duas concepções de administrar o processo educacional:

[...] diferentemente do que Taylor pensava, a administração participativa, tal como a gestão, baseia-se no desenvolvimento de ações ligadas a descentralização de poder e o engajamento no trabalho ligado ao desenvolvimento da escola. Dessa forma, a gestão da escola passa a ser o resultado do exercício de todos os componentes da comunidade escolar, sempre na busca do alcance das metas estabelecidas pelo também projeto político-pedagógico construído de forma coletiva. No tocante a essa participação concisa é de suma importância que os professores, formadores de opinião e os colaboradores da escola (secretaria, portaria, merendeiras, etc.) precisam ter consciência das determinações políticas e relações de poder implícitas nas decisões administrativas, agindo de forma a transformar esta realidade.

É por meio da gestão que se tem a oportunidade de construir, no espaço escolar, políticas concretas que se relacionam com a “transformação” que tanto é pregada pela “teoria”, com a construção de um espaço democrático, etc. É na fase do planejamento que se observa se esses princípios estão vivos dentro da escola. Mas a realidade nos mostra que os princípios democráticos já são abortados aonde eles deveria se fazer mais presentes do que em qualquer outro lugar: na escola.

A participação de todos, portanto, é a chave para que a escola seja uma instituição real, que dialoga com as demandas de seu público, e não uma coisa fantasiosa, cuja construção é verticalizada. Nesse sentido, concordo com Nelson (2010, p. 6) quando coloca que deve partir da escola a iniciativa para a mudança que é defendida nesse trabalho, e que essa é a problemática da maioria delas:

O principal desafio da escola é a complexidade do processo de ensino que, para seu desenvolvimento e aperfeiçoamento, faz-se necessário a participação consciente da equipe gestora e de toda a comunidade escolar. Para tanto, a escola define seus objetivos, suas metas estratégicas e os planos de ação para alcançá-los conjuntamente. Preocupados principalmente com o crescimento individual de cada um, a escola deve criar uma identidade organizacional através de uma estratégia de relacionamento com a comunidade escolar, visando à melhoria na qualidade do ensino e a participação dos pais através também de reuniões comemorativas consideradas importantes pela comunidade, pois se ela é tímida em relação a uma aproximação da

escola, cabe a direção dar o primeiro passo e a partir daí a própria comunidade decidir a freqüência de seus encontros.

Todavia, há que se levar em conta que:

Convocar os educadores para reconstruir estruturalmente o processo educativo rumo a um mundo justo mostrou-se sempre com extremas dificuldades. O professor, o diretor e o coordenador pedagógico, encurralados pela pressão social, pelo senso comum de fazer o que sempre se fez, declaram-se incapazes de produzir a mudança. Muitas vezes, eles mesmos não conseguem nem desejar esta mudança porque lhes parece por demais perigoso transformar a educação. (GEMERASCA; GANDIN, 2002, p. 4).

É gritante e ao mesmo tempo preocupante a ausência da participação dos alunos, responsáveis de alunos, comunidade em geral e, algumas vezes, dos próprios professores no processo de decisão de escolas que se dizem “democráticas”, que pregam a participação em seus documentos burocráticos. Pela falta de incentivo da própria escola, que construiu essa fronteira entre o papel do aluno e da comunidade do papel do cidadão participativo, se apreende de um modo generalizado as chances de construção coletiva como uma coisa “desnecessária”, “que não cabe a nós”. É todo um ciclo de formação para a própria não-participação dos sujeitos nas deliberações relativas não só a escola, como também na política, por exemplo.

A falta de uma comunicação direta entre escola e responsáveis de alunos também representam um problema significativo para a consolidação de uma sociedade mais igualitária que se pretende. Em determinados contextos, fica claro que falta uma organização que vise otimizar as relações tecidas na escola, bem como de um exemplar funcionamento institucional.

Incorporar-se-á à fundamentação deste trabalho uma pesquisa de campo² desenvolvida no segundo semestre de 2015 numa escola municipal do Rio de Janeiro, e cujos resultados foram apresentados durante a Semana de Integração Acadêmica da UNIRIO naquele mesmo ano.

Tecendo um constante nível de interação com os alunos, e enxergando na estatística um objeto que permite uma análise aprofundada da realidade, a pesquisa se baseou num questionário qualitativo que buscou captar os quão

² De autoria do autor do artigo.

satisfeitos estavam os alunos daquela instituição escolar com o processo pedagógico. Mesmo sem ter a consciência mais global do quanto o resultado daquele estudo geraria inclusive para discussões sobre gestão educacional, as conclusões foram muito impactantes.

A pesquisa levou à conclusão de que se faz necessária a (re)invenção de uma escola mais compreensível, que acolhe seu aluno e sua comunidade com carinho e com o compromisso que faz (ou deveria fazer) parte indissociavelmente desse processo. Isso requer da escola o porte daqueles “óculos sociais” (RICARDO; THEES, 2014, p. 53; RICARDO, 2015), na medida em que, enxergando profundamente o aluno, suas aspirações, seus problemas que o impede de aprender, etc., poder-se-á desenvolver novas estratégias para intervir e garantir um processo educacional com sucesso para o aluno e, assim, para a escola.

Além disso, há de se apontar que esse processo envolve à autoavaliação da própria gestão escolar: basta à equipe gestora estar disposta para enxergar a realidade a partir dos dados empíricos gerados. Com esse conjunto de informações precioso que é, o cientista pedagógico está diante de um trabalho que fora descrito em momentos anteriores pela pesquisa anteriormente referida:

A observação participante, por si só, já me revelou realidades que jamais uma teoria explicaria com tantos detalhes. Mais tarde, voltando para o "gabinete de estudos", analisei, com meus óculos da compreensão, os questionários que eu havia aplicado para eles responderem, para constatar a realidade que os cerca, muitas vezes desconsiderada pelos professores e pela escola. (RICARDO, 2015).

PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO: PLANO REFERENCIAL, DIAGNÓSTICO E PROGRAMAÇÃO DE AÇÕES

Não se poderia deixar de destacar o papel ímpar do Projeto Político Pedagógico (PPP) para a gestão das instituições escolares, desconstruindo aquele pensamento negativo que leva essa construção mais para uma obrigação do que realmente seu caráter essencial: o de traçar os objetivos que a escola possui para alcançar determinada situação pretendida, quais estratégias e instrumentos utilizará para tanto, os dados insatisfatórios que devem ser superados, os dados positivos que devem ser aperfeiçoados, etc.

Deve-se acrescentar que o próprio ato de considerar tal construção como algo burocrático, cansativo e negativo de uma forma geral, acaba por fazer perder sua característica principal que seria a de dar autonomia às escolas para expressarem suas demandas, especificidades, maneiras pedagógicas de trabalhar com os alunos e buscas por aprimorar os trabalhos.

Não obstante, construir um PPP não significa necessariamente que se alcançarão os objetivos da escola. É necessário, para isso, ter consciência de duas coisas: primeiro que o documento não deve ser como enfeite. Ele é construído para ser executado, reconhecido como o documento das metas que a escola deve buscar ao máximo cumprir.

Um segundo ponto é que a escola não está sozinha. Muito pelo contrário: ao cumprir com profundidade seu papel social, deve eliminar os muros que ela mesma ergueu ao longo do tempo ao se fechar para as questões que pipocavam numa sociedade complexa que nos rodeia, e trazer para uma mesma mesa os professores, alunos, autoridades competentes, funcionários da instituição e os responsáveis pelos alunos a fim de debater, enfrentar desafios e concretizar ações e políticas para o bem coletivo. Só assim o documento da escola retratará, fielmente, as aspirações e interesses do pessoal que está ao seu redor, que a compõe.

Faz-se necessário, por outro lado, refletir sobre a atual conjuntura da organização do trabalho da escola, que é estruturada pelos setores da sociedade capitalista que pretendem manter o *status quo* social. Interferindo na tomada de decisões relativas à educação, buscarão ao máximo alienar os indivíduos em formação sobre os problemas provocados pela ordem do capital. A própria ausência deste norte que vem da elaboração do PPP (ou ainda a restrição de sua elaboração a alguns poucos) contribui para este cenário na medida em que não instigará participação popular, reflexões sobre os acontecimentos que estão presentes na sociedade, críticas a esses modelos tradicionais, etc.

Além disso, Kill nos traz outro apontamento do essencial que é o PPP para a escola, tendo ela nas mãos a autonomia de “transformar” e de “se transformar”:

A escola passa a ser, ela própria, formadora de suas bases e diretrizes curriculares, respeitando somente as normas gerais dos órgãos públicos gestores para seu funcionamento. Mas é ela, porém, quem decide qual sujeito que formar, quais meios utilizará e como as

atividades pedagógicas e administrativas serão organizadas em função dos objetivos traçados. (KILL, 2002, p. 194).

Por essa razão, quando se fala em PPP é necessário ter em mente uma visão mais dinâmica e filosófica sobre algumas questões que devem estar enraizadas e bem definidas ao longo dessa construção: que tipo de homem se pretende formar? O tipo de educação oferecido aos alunos é coerente com aquela pretensão? Por que este modelo educacional e não outro? Que tipo de sociedade se pretende construir no porvir?

Finalmente, exposta a importância do PPP para a escola, percebe-se também o papel do planejamento para a gestão da escola. Planejar requer organizar, decidir, prever, concretizar objetivos, sistematizar. Todas essas ações, digo mais uma vez, devem ser produto de um coletivo atuante, e não de alguns professores e gestores exclusivamente. A política do gestor não tem valor real se a vontade do coletivo é desprezada.

O MUNDO DESIGUAL E O COMPROMISSO DO CIENTISTA PEDAGÓGICO

O cientista pedagógico tem como um dos principais desafios refletir como pode desenvolver um trabalho significativo em meio a um contexto de desigualdades tão acentuadas e com a escassez de recursos para a área da educação pública. Defender uma escola pública gratuita e de qualidade aparece como um horizonte ainda muito distante do ponto de vista real.

Como a escola pode agir no combate às desigualdades construídas? Por onde o cientista pedagógico pode começar a agir, quando suas mãos, vozes e pensamentos sofrem todo tipo de tentativas de acorrentamento, minimização e desprezo? Tudo parece muito difícil tendo em vista a força dos poderosos que agem contra todo e qualquer tipo de compromisso social que surja, seja por parte do Estado, seja por parte das unidades que representamos os professores e pedagogos.

É um pensamento muito comum de que a escola é o único caminho que muitas crianças e jovens têm para superar a pobreza ou as condições difíceis a que são submetidos. No entanto, destaco a importância de não se cair naquele

pessimismo ingênuo e também naquele otimismo ingênuo sobre o papel da escola e da educação frente ao sistema sócio-econômico em que vivemos (CORTELLA, 2005).

Essas visões ingênuas sublinhadas por Cortella são parte de discursos nas entrelinhas da sociedade e também de muitos cientistas pedagógicos e gestores educacionais. Dominados por aqueles tipos de discursos, são levados a cenários que não condizem com a realidade.

Nesta perspectiva,

[...] a universidade necessita instigar seus acadêmicos, em especial estudantes do Curso de Pedagogia, enquanto docentes em formação, a compreender que é necessário conhecer teorias e práticas que pautam atualmente o trabalho do pedagogo, refletindo sobre o seu papel como professor da Educação Básica, mas, sobretudo, sobre seu compromisso social com um fazer pedagógico que ultrapassa os contextos escolares (FELDEN et al., 2013, p. 70)

OS DISCURSOS DA INEFICIÊNCIA DO ESTADO E O SUCATEAMENTO DA ESCOLA DE TODOS OS BRASILEIROS

A todo instante a escola pública, democrática e que pertence a todos por Lei, é alvo de ataques daqueles que dizem que o Estado é incapaz de dar conta, sozinho, da educação. O único espaço de formação que pertence a cada um de nós, brasileiros e brasileiras, corre sérios riscos quando esses discursos se reproduzem e defendem a ideia da educação nas mãos da iniciativa privada.

Há aquele velho discurso da escola pública como escola de não qualidade. No entanto, quase nunca se reflete a fundo o que seria “qualidade”, “qualidade” para quem e para quem. Até porque, se comparada com antes, a escola era de “qualidade” porque não alcançava as parcelas mais marginalizadas de nossa população.

Ora, não se tem como duvidar, portanto, que por trás desses olhares há toda uma complexidade ideológica que busca colocar nossa sociedade em determinada órbita. Ideologia essa tão forte que faz os próprios educadores, alunos e responsáveis perderem a “fé” na escola. Percebi isso numa de minhas intervenções numa escola pública da qual havia sido aluno há alguns anos: muitos

dos alunos ali presentes custaram a acreditar que eu já havia frequentado aqueles mesmos bancos.

Este estudo está convencido de que está na hora (ou melhor, já passamos da hora) de (re)inventarmos uma nova escola, guiada por novas pedagogias, para uma escola mais atrativa, mais lúdica, que conta com a participação dos professores, alunos, gestores, responsáveis de alunos e comunidade em geral em sua caminhada como instituição social de formação.

A escola aparece muito como “obrigação” para todos os personagens, que já não a suportam mais: alunos que não suportam a escola, professores que não suportam mais os alunos, inspetores que não suportam mais ir de um lado para o outro, gestores que não suportam mais tanta demanda, funcionários que não suportam mais tanta reclamação daqui e de lá.

Como já foi destacado, falta todo um diálogo entre todas as partes para que se construa uma escola mais feliz, uma escola que realmente possa se dizer “de todos”, que convida a todos para sua construção.

Compreende-se que é um enorme desafio, mas torna-se fundamental que a escola e o professor mergulhem na intimidade de seus alunos para que possam, assim, descobrir suas singularidades, visto que cada um de nós somos únicos, e nossas contribuições também são únicas. Apenas nesse momento teremos experiências que conciliam “teoria e prática, reflexão e festa, prazer e procura intelectual rigorosa, ética e compromisso” (CANDAU, 2015, p. 37). Cabe aos professores, num primeiro momento, resgatar essas pérolas, embora se admita não ser algo simplesmente fácil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O pedagogo, que aqui tem seu lado cientista e comprometido com os aspectos mais sociais valorizado, se torna uma importante figura para a projeção de uma sociedade que tanto aparece nas aspirações de um coletivo cansado das injustiças sociais, dos altos índices de pobreza, do sucateamento de uma escola pública que pertence a todos nós brasileiros.

Protagonistas do complexo processo de formação de cidadãos para um país, esses profissionais têm nas mãos a oportunidade de projetar uma nova

sociedade por meio de suas próprias ações, uma vez que a educação é o principal instrumento para a transformação social.

Por outro lado, se evidenciou que como área estratégica, a educação, a escola e os próprios cientistas pedagógicos sofrem todo tipo de investida de grupos sociais que não têm interesse algum nos câmbios defendidos e que são requisitos para uma sociedade mais justa e igualitária. Não estão interessados, importante dizer, porque se beneficiam das condições desumanas que ainda resistem nos dias atuais.

Finalmente, apresentou-se a importância de se construir uma nova escola pautada em gestões democráticas, dialógicas e inclusivas. Este redesenho, por outro lado, começa a partir do momento em que a gestão escolar chama alunos, funcionários da escola e comunidade para uma mesma mesa de conversa. Não se entende outra maneira de gestão participativa que se distancie desse processo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CANDAU, V. M. Qualidade da educação: questões e desafios. In: CANDAU, V. M.; SACAVINO, S. B. *Reinventar a escola*. 6 ed. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2015.

CORTELA, M. S. *A escola e o conhecimento: fundamentos epistemológicos e políticos*. 9 ed. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2005.

COSTA, R. A. R. Identidade do pedagogo: formação e atuação. In: XII Congresso Nacional de Educação. Disponível em: http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/16596_10509.pdf. Acesso em: 01 de junho de 2018.

FELDEN, E. L. et al. O pedagogo no contexto contemporâneo: desafios e responsabilidades. *Vivências*. V. 9, n. 17, p. 68-82, out. 2013.

FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

_____. *Pedagogia do Oprimido*. 3 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1975.

GEMERASCA, M.; GANDIN, D. *Planejamento Participativo na escola: o que é e como se faz*. Brasília: Loyola, 2002.

KILL, D. E. M. Algumas contribuições para a construção do projeto político pedagógico na escola. *Ponto de Vista*. Florianópolis, n 3/4, p. 189-195, 2002.

MOREIRA, V. M. Gestão educacional e prática docente na realidade escolar. *Enciclopédia Biosfera*. Goiânia, v. 8, n. 15, p. 2346-2374, nov. 2012.

NELSON, I. B. A gestão educacional e suas implicações para a organização e o desenvolvimento do trabalho escolar. In: *VI Encontro de pesquisa em Educação da UFPI*, 2010, Teresina. p. 1-13.

RICARDO, J. G. S. A estatística crítica como óculos sociais: pesquisa, extensão, formação e descoberta do “outro” através de dados e análises matemáticas. Rio de Janeiro: *Semana de Integração Acadêmica da UNIRIO*, 2015.

RICARDO, J. G. S.; THEES, A. A construção de uma *literacia* matemática, o “olhar etnomatemático” nas salas de aula e a criatividade como destino. *Boletim do LABEM*, ano 5, n. 9, jul./dez. de 2014.